

Corpos que Sustentam o Mundo: superexploração da força de trabalho e o silêncio da reprodução social

Ana Cristina Oliveira de Oliveira¹

Carolina Sant' Ana Duarte Ventura²

Isabella Regina Damasceno Ferraz³

Resumo:

Este artigo analisa criticamente a condição das trabalhadoras domésticas brasileiras, com foco especial nas mulheres negras, a partir do entrelaçamento teórico entre a Teoria Marxista da Dependência (TMD) e a Teoria da Reprodução Social (TRS). O estudo parte do pressuposto de que o capitalismo dependente, fundado na subordinação econômica e política das periferias globais, reproduz formas específicas de exploração que se expressam por meio da superexploração da força de trabalho. Nesse contexto, o trabalho doméstico feminino, historicamente invisibilizado e desvalorizado, é central para a manutenção da sociabilidade capitalista, ao mesmo tempo em que permanece precarizado e desprovido de reconhecimento social. A análise revela que o racismo estrutural e o patriarcado são pilares que operam conjuntamente à lógica do capital, naturalizando a superexploração das mulheres negras. A trajetória histórica do Brasil, marcada pela escravidão, colonialismo e modernização excludente, consolidou essa divisão sociosexual e racial do trabalho. Mesmo com avanços legais, como a PEC das Domésticas, as condições concretas de vida dessas mulheres permanecem determinadas pela informalidade, pela baixa remuneração e pela ausência de proteção social. Por fim, defende-se a urgência de políticas públicas ampliadas para o trabalho doméstico e de uma transformação estrutural da sociedade, que reconheça a centralidade do trabalho reprodutivo e valorize as mulheres negras na produção e reprodução da vida.

Palavras-chave: Capitalismo dependente; racismo estrutural; patriarcado; trabalho doméstico feminino.

¹Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PGSSDR). E-mail: anacristinaoliveira@id.uff.br

²Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: carolinaventura@id.uff.br

³Cientista Social formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: isabelladamasceno@id.uff.br

Abstract

This article critically analyzes the condition of Brazilian domestic workers, with a particular focus on Black women, through the theoretical intersection of the Marxist Theory of Dependency (MTD) and the Theory of Social Reproduction (TSR). The study assumes that dependent capitalism—rooted in the economic and political subordination of global peripheries—reproduces specific forms of exploitation, particularly through the superexploitation of labor power. In this context, women's domestic labor, historically invisibilized and undervalued, plays a central role in sustaining capitalist sociability, even as it remains precarious and socially unrecognized. The analysis reveals that structural racism and patriarchy function as pillars that work alongside capitalist logic, naturalizing the superexploitation of Black women. Brazil's historical trajectory—marked by slavery, colonialism, and exclusionary modernization—has solidified a sociosexual and racial division of labor. Even with legal advances, such as the Domestic Workers Amendment (PEC das Domésticas), the concrete living and working conditions of these women continue to be shaped by informality, low wages, and lack of social protection. Finally, the article defends the urgency of expanding public policies for domestic labor and of promoting a structural transformation of society—one that recognizes the centrality of reproductive labor and affirms the value of Black women in the production and reproduction of life.

Keywords: Dependent capitalism; structural racism; patriarchy; female domestic labor.

1. Introdução

A configuração social brasileira, historicamente marcada por profundas desigualdades de classe, raça e gênero, escancara a estrutura violenta e excludente do capitalismo dependente. Nesse cenário, o trabalho doméstico feminino, especialmente aquele realizado por mulheres negras, ocupa uma posição central — embora sistematicamente invisibilizada — na sustentação da sociedade e na reprodução da força de trabalho. Este estudo propõe uma análise crítica dessa realidade, articulando as contribuições da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e da Teoria da Reprodução Social (TRS) para compreender como as relações sociais no Brasil são forjadas a partir da interseção entre dominação capitalista, racismo estrutural e patriarcado.

O capitalismo dependente, conforme apontam autores como Ruy Mauro Marini (1976) Theotônio dos Santos (2011) e Vânia Bambirra (2012), estrutura-se a partir da subordinação das economias periféricas às dinâmicas do capital internacional, o que implica formas específicas e intensificadas de exploração do trabalho. No Brasil, essa lógica se traduz na superexploração sistemática da força de trabalho, um fenômeno que atinge de maneira particularmente brutal as mulheres negras, situadas na base da hierarquia social. A inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho não apenas condiciona o desenvolvimento econômico, mas também legitima formas naturalizadas de opressão e marginalização, profundamente enraizadas na história colonial-escravocrata brasileira.

Nesse contexto, torna-se necessário compreender que o trabalho doméstico não é apenas uma atividade complementar ou acessória, mas parte constitutiva da reprodução social sob o capitalismo. A Teoria da Reprodução Social, elaborada por autoras como Tithi Bhattacharya (2013), Lise Vogel (2013), Helena Saffiotti (1976), evidencia que a manutenção cotidiana da vida — o cuidado, a alimentação, a limpeza, o afeto — é condição indispensável para a continuidade da produção capitalista, ainda que essa dimensão seja excluída das contas formais da economia e da valorização social. A separação entre as esferas produtiva e reprodutiva, portanto, é artificial e ideologicamente construída para ocultar a dependência estrutural do capital em relação ao trabalho reprodutivo, majoritariamente feminino e racializado.

A análise proposta neste trabalho parte da constatação de que o racismo e o patriarcado não são elementos externos ao modo de produção capitalista, mas componentes estruturais que operam como mecanismos de controle e subalternização. O pensamento de autores como Florestan Fernandes (1978) e Clóvis Moura (1994), ao lado de feministas como Carole Pateman (1993), contribui para revelar as raízes históricas dessas formas de dominação e a maneira como elas se articulam com a lógica do capital. O “contrato sexual” implícito na modernidade, descrito por Pateman, mostra que a desigualdade de gênero está inscrita nas próprias fundações do contrato social burguês, sendo a mulher, especialmente a mulher negra, transformada em objeto de dominação simbólica, econômica e afetiva.

Mesmo com avanços legais, como a promulgação da Emenda Constitucional 72/2013 (conhecida como PEC das Domésticas), as condições concretas de vida e

trabalho das empregadas domésticas continuam marcadas por precarização, informalidade e baixos salários. A promessa de equiparação de direitos permanece, em grande medida, não realizada, especialmente diante do avanço das reformas neoliberais, do desmonte das políticas públicas e da crescente individualização das responsabilidades sociais. A pandemia da Covid-19 apenas intensificou essas contradições, revelando, de forma brutal, a centralidade e, ao mesmo tempo, a invisibilidade do trabalho reprodutivo realizado por essas mulheres.

Assim, este trabalho propõe-se a refletir criticamente sobre o lugar ocupado pelas trabalhadoras domésticas negras na sociedade brasileira, a partir da articulação entre as teorias da dependência e da reprodução social. Ao fazê-lo, busca não apenas compreender os mecanismos de dominação que operam nesse espaço específico da vida social, mas também apontar para a urgência de políticas públicas interseccionais que reconheçam a centralidade do trabalho reprodutivo na engrenagem capitalista. Mais do que isso, reafirma a necessidade de uma transformação radical da sociedade, que coloque a vida — e não a acumulação — no centro das prioridades. Somente assim será possível construir um projeto emancipatório que confronte as raízes da barbárie e reconheça o histórico das mulheres negras na produção e reprodução da vida.

2. Trabalho Doméstico Feminino Racializado: o coração invisível do capitalismo dependente

O capitalismo dependente, marcado por relações desiguais entre países centrais e periféricos, estrutura a sociedade brasileira de maneira a legitimar a superexploração da força de trabalho, especialmente quando atravessada por raça, etnia, gênero e classe. Nesse contexto, o trabalho doméstico feminino, em particular o exercido por mulheres negras, consolida-se como um dos pilares invisibilizados da reprodução social, ainda que seja essencial à manutenção do sistema. O racismo estrutural e o patriarcado operam como mecanismos de opressão e dominação, naturalizando a pobreza, a informalidade e reforçando processos contínuos de marginalização.

Autores como Florestan Fernandes (1978), Clóvis Moura (1994) e Carole Pateman (1993) evidenciam como essas estruturas moldaram historicamente as relações sociais no Brasil. A mulher negra, neste cenário, é alvo de múltiplas formas de violência

e desigualdade, sustentando silenciosamente a base do sistema enquanto enfrenta condições de vida marcadas por extrema precariedade. Ainda que conquistas legais, como a PEC das Domésticas, representem avanços formais, a realidade cotidiana do trabalho doméstico permanece profundamente precarizada.

A urgência de políticas públicas com enfoque interseccional torna-se evidente, assim como a necessidade de uma transformação radical das estruturas sociais. A valorização do trabalho reprodutivo e o reconhecimento da centralidade das mulheres negras são pressupostos fundamentais para qualquer projeto verdadeiramente emancipatório que enfrente as raízes da barbárie capitalista.

A crise estrutural do capital, acentuada desde os anos 1970 e recrudescida no contexto da financeirização e da reestruturação produtiva, tem se expressado de forma especialmente brutal nos países de capitalismo dependente, como o Brasil. Aqui, a superexploração da força de trabalho não constitui uma aberração pontual, mas uma característica estrutural e persistente da forma particular de inserção subordinada à lógica do capital em sua dimensão global. No bojo dessa dinâmica, o trabalho doméstico feminino, marcado pela racialização, pela informalidade e pela desvalorização social, assume papel central na reprodução ampliada da força de trabalho e na sustentação das desigualdades de classe, gênero e raça.

Neste cenário, as transformações sociais que se aprofundaram no Brasil a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016, com o desmonte de direitos trabalhistas e previdenciários, a precarização das relações de trabalho e o avanço de uma agenda ultraliberal e conservadora, configuram um ambiente particularmente desfavorável para os setores populares, e em especial para as mulheres negras trabalhadoras domésticas. A pandemia da Covid-19, por sua vez, acentuou as contradições já latentes, revelando a centralidade e a invisibilidade do trabalho reprodutivo, ao mesmo tempo em que expôs essas mulheres a condições extremas de vulnerabilidade sanitária, social e econômica.

É nesse contexto que se insere o presente estudo, vinculado ao projeto de pesquisa e extensão intitulado “*Trabalho doméstico feminino, racismo e sexismo no capitalismo dependente*”, desenvolvido no âmbito da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), em articulação com os grupos de pesquisa GPTDH, GPEPTQSS e o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Teoria Social, Trabalho e

Serviço Social (NUTSS). A investigação tem como objetivo analisar criticamente, a partir de uma perspectiva materialista histórico-dialética, a configuração contemporânea do trabalho doméstico feminino no Brasil, especialmente no contexto pós-Covid-19, articulando as determinações de classe, raça e gênero que atravessam essa realidade.

Os conceitos de superexploração da força de trabalho (Marini, 1973), divisão sociosexual e racial do trabalho (Saffiotti, 1976; Gonzalez, 1984; Moura, 1994), reprodução social (Bhattacharya, 2013; Vogel, 2013), permitindo evidenciar como o trabalho doméstico feminino, historicamente desvalorizado, se reinscreve de forma subordinada à lógica do capital em tempos de crise. A contribuição deste estudo reside, assim, na articulação entre teoria social crítica e a Teoria da Reprodução Social (TRS), numa totalidade articulada e contraditória de relações de exploração, dominação, alienação e reprodução social.

Para compreender as nuances que ditam as condições da trabalhadora doméstica brasileira se faz necessário entender em que aspecto o trabalhador brasileiro se encaixa. Dentro de uma perspectiva histórica, a inserção brasileira na economia mundial se deu marcada pela subalternidade desde o processo de acumulação e expansão do capitalismo até a industrialização onde se concretizou essa configuração.

Dialogando com Santos (2011, p. 361), esse processo é chamado de dependência, que descreve uma situação na qual um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia a qual está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem expandir-se e auto impulsionar-se, enquanto que outros países (os dependentes) só podem fazê-lo como reflexo dessa expansão, que pode atuar positiva e/ou negativamente sobre seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação de dependência conduz a uma situação global dos países dependentes que os situa em atraso e sob a exploração dos países dominantes.

Florestan Fernandes (1978) na obra “Capitalismo Dependente” insere em um panorama global a forma a qual as economias europeias moldaram as dinâmicas econômicas periféricas, de países como o Brasil, para seu próprio benefício:

As influências externas atingiram, todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado

mundial, mas também através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina (FERNANDES, 1978, p.16).

Nas cidades da América Latina, como forma de organizar internamente seu país, a burguesia local, cada uma a sua maneira, se posicionou estrategicamente em prol de se situar em posições privilegiadas de apropriação dos bens naturais, meios de produção para a relação com os mercados exteriores, ajustando mecanismos de controle as necessidades do novo tempo, moldam a cidade a partir de disputas e definições da burguesia local alinhada com o exterior, tornando-a palco possibilitador de uma série de desigualdades sociais. Assim as cidades enquanto pólo de concentração de trabalhos, atrai e mantém massas de populações pobres em condições subumanas sem capacidade de reprodução social adequada.

Essas discussões dentro do contexto do capitalismo dependente tomam uma forma interessante, e assim, conforme indicava Santos (2011), a realidade dos países dependentes é que não estavam apenas sofrendo um processo de ausência de desenvolvimento, mas sim comportava uma estrutura oriunda do movimento do capital que gerava simultaneamente riqueza e pobreza.

A necessidade dessa configuração surge pela demanda de transferência de valor dos países dominantes, onde nesses países, por uma série de proferimentos morais, dignifica sua classe trabalhadora minimamente, ao mesmo tempo em que extrai de populações dos países dependentes essa perda de mais valia, que era extraída da falta de condições adequadas de vida de sua própria classe trabalhadora, ou seja, em virtude do pagamento da força de trabalho em direitos básicos da classe trabalhadora dos países dominantes, a economia global se consolida de forma desigual a compensar, e extrair a mais valia a partir da força de trabalho não paga da classe trabalhadora de países dependentes, diminuindo seu valor e suas condições de reprodução da vida.

As análises desses aspectos, nessa ocasião, estão ligadas de forma íntima às relações de poder, exploração e opressão. Por isso, a necessidade de fazer as devidas discussões no âmbito do processo de acumulação e expansão do capitalismo. Ainda mais, na forma condicionada e dependente que o Brasil, e América Latina como um todo, se assenta na exploração mundial.

Entendemos que esse processo, leva então, a um cenário profundo de integração dos países latinos determinada na integração condicionada, desse movimento de expansão do capital. A estrutura que permite essa possibilidade, é aquela herdada do processo de imperialismo e que se intensifica no contexto mais mundializado do capital.

Bambirra (2012, p. 38), caracteriza isso de forma mais clara, sob a compreensão oriunda dos argumentos de Theotônio dos Santos no texto *La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina*, as quais podem ser traduzidos:

a. Em primeiro lugar, devemos caracterizar a dependência como uma situação condicionante. A dependência é uma situação na qual certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual se encontra submetida. [...]. Uma situação condicionante determina os limites e possibilidades de ação e comportamento dos homens. [...]

b. Deste ponto podemos chegar a nossa segunda conclusão geral introdutória: a dependência condiciona uma certa estrutura interna que a redefine em função das possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais.

Em suma, o processo de industrialização dependente no Brasil e na América Latina, possui uma relação de causalidade com a baixa qualidade de vida dos trabalhadores, onde estes, vendem sua força de trabalho mediante a uma condição de superexploração, que independente de sua área de atuação, serão inseridos economicamente em um sistema de compensação de transferência de valor.

Para garantir e legitimar essa disputa de classes internacionalizada, utilizam-se as opressões como ferramentas, servindo de mecanismos de controle para garantir a subalternização da classe trabalhadora, onde no Brasil, através das categorias do racismo sexismo e classe, justificam e norteiam essa ideologia, que se materializa na reprodução e produção da vida social, mostrando as subjetividades envolvidas nesse processo e como o valor da força de trabalho é construído pela dimensão histórica, conjuntural e moral.

Por isso, o racismo articula-se estruturalmente com a superexploração, contribuindo para efetivar suas diversas formas e, mais do que isso, para naturalizá-las (Fagundes, 2020).

Também vale ressaltar uma das importantes contribuições do sociólogo brasileiro Clóvis Moura, o qual afirma que o racismo é “um dos galhos ideológicos do capitalismo”

(Moura, 1994, p. 3). Logo, este é um [...] elemento estruturante das relações de poder no Brasil, e, portanto, da violência de Estado.

Quando falamos de racismo estamos considerando um mecanismo estrutural que garante a exclusão seletiva de determinados grupos racialmente subordinados. Especialmente no Brasil onde o racismo se configura como um sistema de dominação e manutenção do status quo, baseado em estratégias diversas de cunho ideológico, legislativo e de construção/disputas de narrativas acerca do que representam as pessoas negras e de como o Estado irá lidar com essas representações (Guariento; Cruz, 2018, p. 25).

Ou seja, para compreender as condições de trabalho no Brasil se faz necessário admitir a centralidade da raça com a ferramenta do racismo, onde em vez de uma não inserção dos negros, se faz válido compreender a sua inserção sob a ótica da subalternidade e condições subumanas. O fato de a população negra não ter acesso aos empregos necessários, nem aos bens e serviços essenciais, fomenta a expropriação de condições de vida, fazendo com que aceitem qualquer emprego em busca de sobrevivência, baixando a média do valor de fundo de vida de reprodução.

Assim, as bases de uma divisão racial do trabalho que redundou em uma racialização do exército industrial de reserva no Brasil, o qual cumpre a função de rebaixamento dos salários para abaixo do valor da força de trabalho, implica em sobretrabalho para o exército ativo de trabalhadores, ao mesmo que naturaliza e perpetua as condições de pobreza da classe de trabalhadores do país.

Dadas essas considerações de divisão do trabalho, se faz necessário considerar além da divisão racial, a divisão sociossexual que abrange parte dessa totalidade. Sob esse viés, é possível perceber que a divisão sociossexual do trabalho separa as tarefas e os cargos entre homens e mulheres de maneira hierarquizada, se utilizando da segunda ferramenta de opressão, o patriarcado.

Essa estrutura de opressões, racismo e sexismo, que atua como base fundante das atuais relações sociais, é incorporada no seu *modus operandi*, sendo perpetuada tanto pelos exploradores quanto pelos explorados em todas as instâncias da vida social.

No que se refere ao trabalho, por exemplo, a história nos mostra que os melhores empregos e salários são para os homens, enquanto as mulheres são destinadas a

trabalhos de baixo prestígio e de menor remuneração, que normalmente são voltados para atividades que exigem cuidado, zelo, amor, afeto e apaziguamento das relações de poder.

Somado a isso, majoritariamente são as mulheres que se tornam responsáveis pelo trabalho doméstico não remunerado, ou ainda remunerado. São tarefas desvalorizadas pela sociedade, ainda mais quando realizadas por mulheres racializadas e de classes subalternas, mesmo sendo imprescindíveis para a reprodução da força de trabalho.

Carole Pateman (1993), em seu livro “Contrato Sexual”, afirma que a suposta liberdade abordada pela Teoria do Contrato Social Original só é possível porque existe um “Contrato Sexual” implícito nele, de dominação e opressão da mulher. Sendo o Contrato Social uma história de liberdade e o Contrato Sexual uma narrativa de sujeição e exploração. Esse fato fez com que a divisão desigual de gênero, presente nas instituições e nas formas de pensar o mundo, fosse naturalizada.

Quando as análises sobre as desigualdades sociais reconhecem que, além do gênero e da classe, as questões étnico-raciais também são parte estruturantes do capitalismo dependente é possível identificar que essas são dimensões de uma totalidade.

Com base nisso, vale contextualizar que o teórico revolucionário prussiano, Friedrich Engels (2019), em sua obra “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, atrela o patriarcado ao surgimento da propriedade privada, pois este fenômeno contribuiu diretamente para a família assumir um modelo monogâmico de relacionamento, o que desaguou na gênese de um sistema fechado de dominação e opressão do homem sobre a mulher. É a partir desse momento que a mulher também passa a ser considerada uma propriedade, a qual deve ser controlada e explorada, visto que se tornou um importante instrumento para a perpetuação da riqueza, de forma fidedigna, da família a qual pertence.

Portanto, a exploração gerida pela classe, a dominação exercida pela raça e a opressão resultante do patriarcado, quando analisadas simultaneamente, criam uma perspectiva unitária dos problemas gerados pelo capital, onde a unidade de corpo que centraliza esses atravessamentos enquanto experiência concreta, se materializa na mulher negra. Em virtude disso, a ótica de analisar esses atravessamentos se apresenta

enquanto indispensável conceber a dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. Pois, embora a questão social seja universal e intrínseca ao sistema capitalista, suas expressões são vivenciadas de maneiras diferentes pelos diferentes sujeitos. Ou seja, o capitalismo não é a única estrutura de dominação, já que o racismo e o patriarcado também são responsáveis por estimular e legitimar a opressão e a exploração da classe trabalhadora.

Por isso, essas relações além de estruturantes, são interligadas em um processo intenso de mercantilização da vida social, da expropriação plena dos meios de sobrevivências, e aos poucos vão moldados as relações de classe, gênero e raça/etnia do sistema capitalista. Assim, a estrutura herdada de um processo de acumulação primitiva, as formulações do colonialismo e da escravidão foram fundamentais para moldar as relações sociais contemporâneas. Em especial no Brasil, determinam as relações de gênero e étnico-raciais. Por isso, não podem ser analisadas de formas separadas, mas em uma unidade dialética de discussão.

Isso porque, entendemos que a interconexão referente aos processos históricos da escravidão e revolução industrial se relaciona às explorações das Américas, e de um processo violento de expropriação de corpos e saberes das mulheres, que são moldados às relações de trabalho e a reprodução dessa exploração.

Nesse cenário Ferreira e Fagundes (2021), chama atenção para um elemento, o controle sobre a reprodução das mulheres, tanto na escravidão, como na sociedade capitalista, como parte de um processo crucial da expropriação. E como nas sociedades modernas perpetuam essas violências, em uma ordem assentada no racismo e patriarcalismo.

Essa realidade é expressa pelos processos constitutivos da superexploração da força de trabalho e da expropriação dos meios de produção onde a industrialização nos países de economia dependente contribuiu para a divisão racial do trabalho e, consequentemente, para a racialização do exército industrial de reserva. Este é um dos fatores que elucidam o racismo como parte integrante das estruturas do capitalismo dependente, contribuindo para a superexploração da força de trabalho. De forma agudizada, as mulheres negras ocupam um local de superexploração perpetuada dentro da divisão sociosexual e racial do trabalho.

A reprodução social diz respeito aos processos necessários para a manutenção e regeneração da força de trabalho fora da esfera diretamente produtiva do capital (Bhattacharya, 2013). A partir dessa perspectiva, Vogel (2013) insere a reprodução social no centro da teoria marxista do valor, ao investigar o papel do trabalho não remunerado como base material da opressão das mulheres no capitalismo. Sua análise busca compreender como essa opressão se estrutura dentro da lógica do capital, destacando o papel central da reprodução da força de trabalho — frequentemente atribuída às mulheres — no funcionamento do sistema.

Sob essa perspectiva, compreendemos o patriarcado como um sistema histórico de dominação e exploração das mulheres pelos homens, conforme definido por Saffioti (1976). Essa estrutura se manifesta concretamente na divisão sociossexual e racial do trabalho, produzindo desigualdades tanto na distribuição das ocupações quanto nos salários. A partir disso, é possível afirmar que, embora o trabalho doméstico desempenhe um papel fundamental na sustentação da vida social e econômica, ele continua sendo profundamente marcado por relações de subalternização e desvalorização — especialmente quando exercido por mulheres negras.

Entretanto, a abordagem de Vogel, embora pioneira, se desenvolve de maneira relativamente desvinculada de outras formulações teóricas contemporâneas que ampliam a compreensão sobre gênero, raça e classe. Sua explicação da opressão de gênero parte de uma visão unitária e estrutural, o que, por um lado, reforça a centralidade do trabalho reprodutivo, mas, por outro, limita o diálogo com perspectivas interseccionais mais recentes. Nessa linha, Ruas (2020, p. 380) problematiza a concepção da opressão de gênero no feminismo marxista, chamando atenção para a necessidade de considerar as particularidades históricas e sociais das relações de gênero, sobretudo em contextos periféricos como o brasileiro.

a TRS avança em relação às formulações anteriores da perspectiva unitária no sentido de desenvolver uma compreensão da dinâmica que envolve a produção capitalista e a reprodução da vida cotidiana da classe trabalhadora, i.e., as relações de opressão, exploração, expropriação e alienação nas sociedades contemporâneas. Trata-se de importante e distinta chave de análise das interações entre classe, raça, gênero e sexualidade no capitalismo.

Esta abordagem dialética, que leva em consideração as múltiplas dimensões da opressão e exploração — não apenas no que diz respeito aos principais conceitos mencionados neste texto, mas também as particularidades relacionadas à idade,

sexualidade, território, deficiência, identidade, entre outras — possibilita a desnaturalização da ideologia dominante que legitima como opera o capitalismo. Essa concepção evidencia a necessidade de uma transformação estrutural dessas hierarquias, que determinam estrategicamente como os diferentes segmentos sociais acessam bens, serviços e direitos.

Estas múltiplas dimensões da opressão e exploração racializada compõe, portanto a construção de uma relação estrutural e estruturante de subordinação e opressão da mulher espoliada, superexplorada e duplamente oprimida, pelo sexo e também pela raça (Fagundes e Ferreira, 2021). Essa é uma particularidade do capitalismo *sui generis* (Marini, 1976) brasileiro que urge atentarmos numa perspectiva de totalidade social.

A reflexão sobre a trabalhadora vai além da simples inserção na esfera produtiva. A Teoria da Reprodução Social (TRS) tem se consolidado como um importante instrumento analítico para evidenciar que a produção da vida está inteiramente subordinada à lógica do capital. Mais do que isso, a TRS revela que a chamada “esfera reprodutiva” — onde se realizam as tarefas de cuidado, manutenção da vida e reprodução da força de trabalho — não está separada da economia capitalista, mas constitui com ela uma unidade dialética e interdependente.

A partir dessa perspectiva, surge uma questão fundamental: como se dá a reprodução da vida social dentro de um sistema que subordina todas as suas dimensões à acumulação de capital? Ao reconhecer que os processos de cuidado, educação e manutenção cotidiana são essenciais para o funcionamento do sistema produtivo, a TRS reposiciona o debate sobre a centralidade do trabalho reprodutivo — em especial, realizado majoritariamente por mulheres — dentro das engrenagens do capitalismo. Isso nos obriga a repensar as formas de exploração e resistência que emergem desse campo historicamente invisibilizado.

Essa constatação ainda é expressada pelos dados, de acordo com o DIEESE (2024) no Brasil, Mulheres representam 92% de pessoas ocupadas no trabalho doméstico, das quais 66% são mulheres pretas, somados aos dados de DIESSE (2022), com jornadas de trabalho chegando a 55 horas semanais, com uma renda mensal de 930 reais, onde as mulheres negras recebem 20% a menos em média em relação a trabalhadoras não-negras. O valor pago pela força de trabalho da mulheres negras

mostra a clara e violenta exploração histórica a qual esse tipo de trabalhadora é sujeita, isso sem considerar em dados que essa mesma mulher é responsável pela reprodução social de sua família, perpetuando estruturalmente a condição de famílias alheias ao formato da classe dominante a qual o capital exige para a valorização enquanto força de trabalho.

O capitalismo, sobretudo em sua atual fase financeirizada, tem se sofisticado na gestão das desigualdades sociais. No entanto, elas não são efeitos colaterais: são parte constitutiva da engrenagem que sustenta o sistema. Ao observarmos o cenário latino-americano e, em particular, o Brasil, percebemos a centralidade da divisão socioeconômica atravessada por raça/etnia e gênero. A naturalização do trabalho doméstico feminino, especialmente aquele exercido por mulheres negras, exprime uma das faces mais brutais da exploração, pois articula simultaneamente dominação patriarcal, racismo estrutural e lógica capitalista de exploração.

No movimento entre produção e reprodução social, o trabalho doméstico — historicamente relegado à informalidade e à desvalorização — aparece como pilar oculto da acumulação capitalista. Esse trabalho, majoritariamente feminino e racializado, é o que sustenta a continuidade da força de trabalho em todos âmbitos da vida. A Teoria da Reprodução Social (TRS), ao resgatar essa centralidade, convida-nos a romper com a dicotomia entre as esferas produtiva e reprodutiva, evidenciando sua unidade dialética. Nesse marco, não é exagero afirmar que a precarização e a invisibilização do trabalho doméstico são estratégias estruturais de manutenção da sociabilidade capitalista.

Portanto, a superexploração das trabalhadoras domésticas não é uma exceção: é a regra de um capitalismo dependente, cujo modelo de desenvolvimento opera pela dominação, opressão e exploração sistemática dos corpos negros e femininos. Essa realidade precisa ser compreendida a partir do conceito de “modo de produção racista-patriarcal-capitalista”, como discute Saraiva (2021), reafirmando que não há produção de capital sem reprodução social. O capitalismo busca instrumentalizar a vida das trabalhadoras racializadas para o sustentar, fazendo com que elas limpem, cuidem, alimentem e organizem a reprodução cotidiana da sociedade. Contudo, esse trabalho, vital para a manutenção do sistema, permanece invisibilizado e desvalorizado, o que nos obriga a pensar para quem, afinal, a economia serve.

A TRS e a Teoria Marxista da Dependência (TMD), quando articuladas, revelam que o capitalismo depende da divisão racial e sexual do trabalho para manter sua lucratividade. A “invisibilidade” do trabalho doméstico não é acidental: ela é produzida por mecanismos sociais, econômicos e jurídicos que tornam natural a desvalorização daquilo que é essencial. Como apontam Bhattacharya (2013) e Vogel (2013), a reprodução da força de trabalho — entendida como alimentação, descanso, cuidado, afeto e saúde — é historicamente relegada às mulheres, especialmente às mulheres negras, sem qualquer retribuição proporcional ao seu valor social.

O lugar ocupado pelas mulheres negras na estrutura social brasileira é, portanto, o resultado de um processo histórico que mescla escravidão, colonialismo e dependência econômica. Clóvis Moura (1994) já havia alertado para o papel do racismo como arma ideológica do capitalismo. A mulher negra, como aponta Fagundes (2020), é o corpo onde convergem todas as formas de espoliação: econômica, simbólica, afetiva e social. Seu trabalho é apropriado sem retorno, sua imagem é marcada por estigmas, sua vida é atravessada por violências diversas. E mesmo assim, ela resiste — nas ruas, nos lares, nos movimentos sociais.

Nesse sentido, pensar alternativas emancipatórias exige reconhecer que a luta de classes não pode ignorar a centralidade da reprodução social e sua dimensão racial e de gênero. A divisão internacional do trabalho, a financeirização da vida e a precarização generalizada exigem análises que deem conta da totalidade concreta. O combate à exploração não pode se restringir ao espaço fabril ou formal do trabalho, mas deve incluir as cozinhas, os quartos, os lares e os corpos femininos que sustentam o capital em silêncio.

Dialogando com Carla Ferreira e Gustavo Fagundes (2021, p. 72) entendemos que

O trabalho doméstico imposto às mulheres pode ser analisado como uma forma oculta das relações de reprodução social sob o modo de produção capitalista. E mais, o que define seu caráter oculto é o fato de se constituir como trabalho expropriado. Um trabalho não pago que não equivale ao conceito de mais valor, embora tampouco compareça no contrato de trabalho. Diversamente do trabalho produtivo, trata-se de um trabalho não pago oculto em parte das atividades reprodutivas, que se adere ao capital na esfera da circulação e, portanto, participa indiretamente da extração de mais valor do conjunto da classe trabalhadora porque contribui para a estratégia do capital de rebaixamento estrutural do valor da força de trabalho.

A informalidade e a ausência de proteção social se aprofundaram nos últimos anos, especialmente após a pandemia da COVID-19. O desmonte das políticas públicas, a austeridade fiscal e a precarização do trabalho afetam de forma desproporcional as mulheres negras. De acordo com o relatório “O trabalho doméstico 10 anos após a PEC das Domésticas” do DIEESE de 2023, considera que houve uma elevação acentuada da pobreza e da extrema pobreza entre as trabalhadoras domésticas após esse período (p.12) onde em 2013 8,8% da classe ocupava a categoria de extrema pobreza recebendo menos de meio salário mínimo, para em 2023 alcançar o quantitativo de 13,4% das trabalhadoras em extrema pobreza. Esses dados demonstram os limites das ações de equidade na divisão do trabalho, se não integradas na sociedade como um todo enquanto processo produtivo e reprodutivo.

O relatório de após 10 anos da PEC das domésticas ainda nos traz “A Lei das Domésticas, ainda que tenha avançado em diversos aspectos legais, foi implementada em período de redução dos direitos trabalhistas e piora na qualidade do emprego no país, o que se refletiu no aumento da pobreza e extrema pobreza da categoria”, ou seja, em um cenário de profunda desigualdade social e crise no país ainda é possível ver um tendencial da classe mais atingida pela vulnerabilidade.

Esse cenário reforça a importância de políticas públicas interseccionais, construídas com participação popular, que reconheçam e valorizem o trabalho reprodutivo como trabalho socialmente necessário, mas ao mesmo tempo demonstra a crise enfrentada ao mexer com os papéis intrínsecos de subalternidade dessa classe.

Entre iniciativas com esse objetivo podemos destacar o trabalho desenvolvido pela FENATRAD, Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, que com o objetivo de dignificar e valorizar o trabalho doméstico feminismo, se orquestram em debates e articulações com o governo e com as próprias trabalhadoras desde 1997, com o objetivo de melhorias e real aplicação das leis vigentes do trabalho na área.

Entre as iniciativas, oficinas e módulos de formação são oferecidos pelo Brasil todo, a fim de trazer conhecimento e dignidade às trabalhadoras para que conheçam seus direitos. Entre as maiores dificuldades relatadas estão a constante precarização promovida pela perda de direitos trabalhistas e a ascensão do MEI como única forma de contratação causando a perda da seguridade social, somando a isso a luta se torna pela

unificação da categoria entre todas as suas funções e especificidades e uma constituição que contemple as reais necessidades desses trabalhadores.

Concluimos que não há saída para a crise social sem a valorização e o reconhecimento da centralidade das mulheres negras na construção cotidiana da vida. Superar a opressão estrutural imposta pela lógica do capital exige não apenas reformas, mas uma transformação radical da sociedade capitalista, fundada em um novo modo de se viver, em uma ética de emancipação humana que realmente nos permita desatar as amarras deste sistema.

3. Conclusão

Diante das análises desenvolvidas, fica evidente que a condição das trabalhadoras domésticas no Brasil, especialmente das mulheres negras, está inserida em um complexo sistema de dominação que articula, de forma estrutural, as opressões de classe, raça e gênero. A reprodução social, enquanto atividade vital para a manutenção da vida e do sistema produtivo, segue invisibilizada e desvalorizada, funcionando como alicerce oculto do capitalismo dependente. A partir da articulação entre a Teoria da Reprodução Social (TRS) e a Teoria Marxista da Dependência (TMD), compreendemos que o trabalho doméstico feminino é elemento central na engrenagem da acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, espaço privilegiado de expressão das desigualdades sociais forjadas historicamente no Brasil. Esse processo, que envolve a herança colonial-escravocrata, o racismo estrutural e o patriarcado, molda as formas contemporâneas de exploração, tornando a superexploração das trabalhadoras domésticas um mecanismo regular e necessário ao funcionamento da economia.

Ao evidenciar a posição estrutural dessas mulheres na base da pirâmide social, reconhecemos que o capitalismo financeirizado e dependente aprofunda a precarização das relações de trabalho, ao mesmo tempo em que amplia a distância entre quem lucra com a reprodução social e quem efetivamente a realiza. Os dados mais recentes apontam um aumento alarmante da pobreza extrema entre as trabalhadoras domésticas, o que reforça a tese de que, mesmo diante de avanços legislativos como a PEC das Domésticas, a realidade concreta permanece profundamente marcada pela

informalidade, pela desproteção social e pela vulnerabilidade econômica. A lógica do capital reconfigura a divisão sexual e racial do trabalho para garantir sua própria reprodução, utilizando os corpos das mulheres negras como território de expropriação, tanto no plano material quanto simbólico.

Nesse contexto, torna-se cada vez mais urgente uma abordagem interseccional e totalizante que desnaturalize essas relações e revele seus fundamentos históricos e estruturais. A crítica ao capitalismo, portanto, não pode prescindir da crítica ao racismo e ao patriarcado, pois são esses sistemas que possibilitam e sustentam as engrenagens da exploração contemporânea. O desafio que se impõe é romper com a falsa dicotomia entre trabalho produtivo e reprodutivo, reconhecendo que as atividades desempenhadas no espaço doméstico são igualmente fundamentais para a manutenção da vida e da economia, e que a sua desvalorização não é acidental, mas funcional ao sistema.

As lutas travadas por movimentos como a FENATRAD evidenciam que as trabalhadoras domésticas não são apenas vítimas de um sistema excludente, mas também sujeitos políticos ativos, capazes de se organizar, resistir e propor caminhos de transformação. O reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho essencial, aliado a políticas públicas construídas com base em escuta, participação popular e justiça social, representa um passo importante, ainda que insuficiente, para a superação das desigualdades que marcam o Brasil. É necessário ir além da mera inclusão dessas trabalhadoras nos marcos do mercado formal: é preciso transformar radicalmente as estruturas que permitem que suas vidas sejam continuamente desvalorizadas.

Portanto, a centralidade da mulher negra na reprodução social não pode ser ignorada em qualquer projeto de transformação social verdadeiramente emancipador. A crítica radical ao capitalismo precisa assumir, como horizonte, a superação das opressões entrelaçadas que conformam a realidade concreta dessas trabalhadoras. A emancipação da classe trabalhadora, como já afirmava Marx, deve ser obra da própria classe trabalhadora. Mas essa classe não é abstrata: ela tem cor, tem gênero, tem território. Reconhecer e incorporar essas dimensões é condição indispensável para uma práxis transformadora que busque não apenas reformar, mas reinventar o modo como vivemos, nos relacionamos e organizamos o trabalho e a vida.

5. Referências bibliográficas

- BAMBIRRA, Vânia. O Capitalismo Dependente Latino Americano Florianópolis: Insular, 2012.
- BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social?. Socialist Worker. Tradução Renata Vereza, 2013.
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *O trabalho doméstico 10 anos após a PEC das Domésticas*. Estudos e Pesquisas, n. 106, abr. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2023/estPesq106trabDomestico.pdf>. Acesso em: 15 abril de 2025.
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. As dificuldades das trabalhadoras domésticas no mercado de trabalho e na chefia do domicílio. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/trabalhoDomestico.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Trabalho doméstico: perfil das trabalhadoras. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- ENGELS, Friedrich. A Origem da família, da Propriedade Privada e do Estado. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 10
- FAGUNDES, Gustavo. A estrutura do racismo no Brasil: condições históricas e sociais para a consolidação da superexploração da força de trabalho. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.
- FERREIRA, Carla Cecilia Campos; FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. *Temporalis*, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 62–76, 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2021v21n42p62-76. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36500>. Acesso em: 13 de abril de 2025.
- GONZALES, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, p. 223 244, 1984.
- GUARIENTO, Suellen; CRUZ, Monique. A centralidade do racismo para compreensão e enfrentamento da violência de Estado no Brasil. In: FRANÇOSO, Olívia (Org.). *Clínica Política: A experiência do Centro de Estudos em Reparação Psíquica lá em Acari*. Rio de Janeiro: ISER, 2018.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Centelha: Coimbra, 1976.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. Edição 34, São Paulo, 1994.

PATEMAN, Carole. O contrato sexual Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RUAS, Rayssa. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. Direito e Práxis , Rio de Janeiro, Vol. 12, N.01, 2020, p.379-415.

SAFFIOTI, H. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade . Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Theotônio dos. Imperialismo y Dependência. Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011. No 5.

SARAIVA, Clara Comide. A relação entre trabalho doméstico, valor e capitalismo dependente: uma crítica à luz da teoria da reprodução social. 2021. Dissertação (mestrado). Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro

VOGEL, Lise. Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory. Chicago: Haymarket Books, 2013 [1983].